



THAÍS FERRAZ

—  
ENFIM  
SÓS

# ENFIM SÓS

O Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de casamentos infantis, estima a instituição Girls not Brides, que combate a prática internacionalmente. O fenômeno acontece em todo o país e atinge principalmente as meninas. Motivadas pelo desejo de sair de casa e ter segurança financeira, muitas dessas jovens são submetidas à completa dependência dos maridos e contam com pouco apoio das famílias e do Estado, que não possui políticas públicas específicas para protegê-las. As histórias aqui retratadas são de meninas e meninos de Florianópolis, mas poderiam ser de jovens de qualquer outra região.

---

Reportagem: *Thaís Ferraz*

Ilustrações: *Luana Marques*

Projeto gráfico: *Manoela Bonaldo*

**N**os primeiros meses de casamento, Stefanie\* e Bruno\* costumavam passear pela avenida Beiramar, onde se distraíam observando o movimento dos barcos de passeio enquanto repetiam, de tempos em tempos, que aquele matrimônio havia sido a melhor decisão de suas vidas. Ele, negro, muito alto, tinha 16 anos. Ela, baixa, magra, negra, havia acabado de completar 14. O namoro começara um ano antes, com uma cantada de rua na frente da escola em que estudavam, seguida por uma solicitação de amizade no Facebook. A ficada logo se transformou em um relacionamento sério. A vontade de estar junto era tão grande que, aos fins de semana, Stefanie mudava-se para a casa do namorado. Um dia, Bruno disparou: “vamos morar juntos?”. Stefanie nunca teve o sonho de casar porque sempre viu as mulheres da família, incluindo a mãe, sendo agredidas pelos seus maridos. Apesar disso, estava apaixonada o suficiente para aceitar o pedido.

O casal continuou vivendo com os pais de Bruno. A rotina não sofreu muitas alterações: ela ia para a escola à tarde; ele, quando acordava, ia pela manhã. Às vezes, Bruno mentia que não tinha aula e ela descobria perguntando para os amigos. “Fala baixo, não conta pra mãe”, ele pedia quando era confrontado. Stefanie conseguiu um emprego na área de telemarketing e passou a sustentar a casa junto com a sogra, que fazia faxina. “Ele

até falava em arrumar trabalho, mas de um jeito bem moleque”, diz a adolescente. Queria ser jogador de futebol. Stefanie e a sogra decidiram investir no sonho e pagaram um ano de escolinha para ele. Bruno não frequentou o clube por mais de 30 dias.

Com o passar dos meses, começaram a surgir os primeiros problemas. As três tentativas de gravidez do casal — uma a cada três meses, desde o início do casamento — resultaram em abortos espontâneos. Além disso, Stefanie descobriu que Bruno mentia para ela. Um dia, ele saiu de casa dizendo que ia ao supermercado. A adolescente seguiu o marido e o flagrou fumando maconha com os amigos. Quando ele voltou para casa, ela o confrontou. A maconha fazia com que ele gargalhasse enquanto levava a bronca. Em uma fração de momento, as risadas cessaram e foram substituídas por tapas. Aos 15 anos, Stefanie apanhou do marido pela primeira vez.

As agressões foram se tornando cada vez mais frequentes. “Ele não precisava estar bêbado ou chapado, era a qualquer momento, por qualquer motivo”, diz Stefanie. “Minha mãe, que até hoje apanha do marido, já avisava isso pra mim: ‘não deixa ele te dar o primeiro tapa porque ele sempre vai te dar.’” No primeiro mês da quarta tentativa de gravidez, ela teve um sangramento intenso e pensou que tinha perdido o bebê. Stefanie e Bruno

já não se amavam. A menina, então com 16 anos, viu uma chance de mudar de vida e decidiu terminar o casamento.

“Muita gente fala que vai casar, acha que é fácil. Casar é dividir tudo, até escova de dente, ter mil cuidados, não demorar no mercado por ter medo dele pensar que eu estou fazendo outra coisa”, diz Stefanie, agora com 16 anos, sentada em um quarto na casa da família da melhor amiga, onde mora desde fevereiro, quando se separou. “É como eu falo para a minha mãe: a gente deixa de ser criança. A partir do momento em que eu saí da casa da minha mãe para casar com ele, eu deixei de ser criança para ser mulher.”

Como Stefanie, quase 657 mil meninas e meninos deixaram a infância e a adolescência para trás e rumaram para as responsabilidades e os desafios de uma vida adulta ao entrarem em uniões conjugais. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) realizada em 2006 identificou que cerca de 3 milhões de mulheres com idades entre 20 e 24 anos casaram antes dos 18. Em números absolutos, as estatísticas colocam o Brasil no 4o lugar do ranking mundial de casamento infantil — termo que, internacionalmente, define qualquer forma de união, formal ou informal, em que ao menos um dos cônjuges seja menor de 18 anos. O fenômeno está presente em todas as regiões geográficas do país, de Norte a Sul, em zonas rurais e urbanas. Como a legislação brasileira não permite casamentos

antes dos 16 anos, a grande maioria dessas uniões acontece informalmente, sem registro civil, através da coabitação.

Santa Catarina é o 11º estado brasileiro com maior número de uniões conjugais envolvendo menores de 18 anos. De acordo com o Censo 2010, 23.740 menores de 18 anos residentes no estado estavam em relações maritais — entre eles, 2.541 eram menores de 14 anos. A região da Grande Florianópolis concentra o maior número dessas uniões, seguida pelas cidades de Joinville, Blumenau e Criciúma. Assim como no resto do Brasil e do mundo, as meninas são as que mais se casam: 83% das crianças e adolescentes catarinenses que estavam em uniões conjugais eram do sexo feminino.

**“QUANDO EU SAÍ DA CASA DA MINHA MÃE PARA CASAR COM ELE, EU DEIXEI DE SER CRIANÇA PARA SER MULHER”**

- Stefanie, 16 anos

Em 2014, o Instituto Promundo, organização não-governamental que trabalha com o tema da igualdade de gênero e está sediada no Rio de Janeiro, publicou a primeira pesquisa nacional sobre os casamentos infantis, intitulada “Ela vai no meu barco”. O estudo identifica uma série de problemáticas relacionadas a essas uniões, como a exposição de meninas ao controle de maridos mais velhos e que exercem poder desigual na relação,



a evasão escolar, a violência doméstica e a maior tendência à gravidez na adolescência.

Apesar das estatísticas, o Brasil não participa de discussões globais sobre o tema nem elabora políticas públicas voltadas especificamente aos casamentos infantis. Embora a legislação estabeleça a idade mínima de 18 anos — salvo exceções — para o casamento, não há punição para adultos que constituam uniões conjugais com adolescentes maiores de 14 anos.

Sentada na sala da sua casa de madeira na favela do Siri, no norte da Ilha de Santa Catarina, Brenda\* brinca com a filha de um ano e meio, Maria Alice\*. O corpo da adolescente é pequeno, magro e ocupa menos de um quarto do sofá. Embora tenha 17 anos, o porte físico, o tom de voz baixo, o rosto delicado e a expressão de timidez fazem com que ela pareça ser três ou quatro anos mais nova.

Antes do nascimento da filha, Brenda tinha uma rotina típica de adolescente. Suas obrigações eram ajudar a arrumar a casa e frequentar a escola. Gostava de ir na casa das colegas e de passar tempo com Davi\*, seu melhor amigo, que conhecia desde os 11 anos. A amizade virou romance quando ela completou 14 e ele 19. Alguns meses depois, os dois foram surpreendidos por uma gravidez não planejada.

Na casa da família, Brenda passava por problemas: brigava muito com a mãe e com a irmã. A gravidez foi um momento de crise. “Minha mãe não queria, ficou muito chateada”, diz. A ideia de ter um filho a assustava, mas a de abortar era pior ainda: a ex-namorada de Davi se submetera ao procedimento de forma traumática e ela não queria passar pela mesma situação. Quando a barriga começou a crescer, Brenda descartou de vez a ideia do aborto e tomou a única decisão que parecia ser capaz de resolver o problema: iniciar um casamento. Ela tinha 15 anos; o marido, 19.

A vida de Luna\*, 15, era intensa. “Ia pra festa, ficava com um monte de guri, entrava na igreja, saía da igreja” diz. “Tava sempre no Vila, no Morro, ficava com guri cheio de atrito. Queria dar pra todo mundo, entendesse?”. Na época, a menina vivia na Coloninha com a mãe e com o padrasto, mas as discussões faziam com que ela passasse a maior parte do tempo na casa da tia, na comunidade da Grotta. Em 2015, Luna decidiu não passar o natal com a família para ficar na casa de um “guri cheio de atrito” que era envolvido com o tráfico e jurado de morte. Quando voltou para a casa da mãe, o padrasto havia trocado o portão. Os dois discutiram com violência e Luna decidiu não viajar com a família no ano-novo. Alguns dias depois, em uma festa da Grotta, viu o futuro marido pela primeira vez.

Moisés\* tinha 27 anos, sobranceiras bem

desenhadas e um sorriso quadriculado de aparelho fixo azul que a conquistou. Luna passou a festa inteira observando o rapaz, mas ele estava acompanhado por outra menina. O irmão de Moisés, Bruno\*, 16, era conhecido da melhor amiga de Luna, Larissa\*. No dia seguinte, as duas amigas combinaram que cada uma ficaria com um deles. Moisés comprou bebida e cigarros para os quatro. No meio da noite, a tia de Luna, que estava ali perto, a chamou: “Fiquei sabendo que o Bruno é afim de ti”. Os dois irmãos admitiram o interesse. Moisés olhou para ela e disse: “Tu pensa bem. Ele vai embora, eu vou ficar. Ele não faz nada, eu sou trabalhador”. Luna estava sob efeito de maconha e não queria tomar a decisão naquele estado. Mandou os dois para casa com a promessa de comunicar no dia seguinte quem seria o escolhido.

“No dia seguinte, todo mundo estava sabendo. Ficavam me falando ‘pega o trabalhador, pega o trabalhador’”, relembra Luna. “Eu já gostava do Moisés e ainda tinha isso, então acabei escolhendo ele.” A mãe descobriu o relacionamento dois meses depois. “Eu sei que tás namorando com um trabalhador”, interpelou. Luna admitiu. A mãe ficou feliz com o namoro, tão diferente dos relacionamentos anteriores, mas disse que a filha deveria escolher se queria continuar morando com ela ou “ir com ele”. Aos 14 anos, Luna optou pelo casamento. Moisés tinha 28.

As histórias de Brenda e Luna represen-

tam as duas principais motivações que levam ao casamento infantil no Brasil: gravidez não planejada e tentativa de controle da sexualidade na infância e na adolescência — principalmente em relação às mulheres. O dado é da pesquisa “Ela vai no meu barco”, realizada pelo Instituto Promundo nos dois estados brasileiros com maior prevalência de casamentos infantis: Pará e Maranhão.

**“NO DIA SEGUINTE, TODO MUNDO ESTAVA SABENDO. FICAVAM ME FALANDO ‘PEGA O TRABALHADOR, PEGA O TRABALHADOR’**

- Luna, 15 anos

Danielle Araújo, cientista política do Instituto, observa: “ambas as motivações ficaram muito claras para nós, e por isso a pesquisa recomenda a discussão sobre sexualidade e gênero nas escolas. Nós ficamos muito chocados com a não discussão, o não falar sobre, tanto no espaço da escola quanto no espaço da família”. Na ausência dessa orientação, crianças e adolescentes descobrem a sexualidade de outras formas. “Vários estudos indicam que, geralmente, a descoberta da sexualidade acontece entre os seus iguais, amigos ou irmãos mais velhos”, afirma Fernanda Lopes, psicóloga e pesquisadora da infância e juventude. “Quando os pais finalmente se atinam a conversar sobre isso, os adolescentes já descobriram as coisas de outro jeito, inclusive através da internet.” De acordo

com a pesquisa Mosaico Brasil, realizada pelo Programa de Estudos em Sexualidade da Universidade de São Paulo, a maioria dos brasileiros inicia a vida sexual na faixa dos 13 aos 17 anos. No Brasil, uma em cada cinco crianças nasce de uma mãe adolescente.

Especialistas afirmam que não existe uma idade “correta” para a iniciação sexual. Fernanda explica que o marco do início da adolescência, em termos biológicos, é a primeira menstruação, no caso das meninas, e a primeira ejaculação, no caso dos meninos. De acordo com a psicóloga, uma iniciação sexual pode ser considerada precoce e prejudicial se acontecer aos 11 anos ou antes disso, quando o corpo não está preparado fisicamente para uma relação sexual. Exercida de forma saudável, no entanto, “a sexualidade é um ponto central na adolescência”, afirma.

Muitas famílias, porém, encaram a sexualidade como um problema e a relacionam a comportamentos considerados “de risco”, como manter relações sexuais sem parceiros fixos. Quando uma menina engravida, o casamento se torna uma solução para proteger reputações e assegurar a responsabilidade do homem de assumir e cuidar dela e do bebê. A pesquisa do Promundo afirma que as decisões maritais são influenciadas por essas duas questões — gravidez e controle da sexualidade — principalmente em contextos caracterizados por alta inse-

gurança e limitadas oportunidades de educação e trabalho para as meninas. No Brasil, não por acaso, a maior ocorrência de uniões conjugais envolvendo menores de 18 anos se concentra nas classes C, D e E, que juntas somam 88,69% dos casos.

A busca pela segurança financeira é o terceiro motivo mais comum para casamentos infantis identificado pelo Instituto Promundo. Carla Bressan, coordenadora do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Santa Catarina, observa: “existe aquela ideia de que já que está grávida, tem que casar; alguém tem que ser responsável, e se o menino for um pouco mais velho ou então um homem, é perfeito”. O marido “trabalhador” de Luna é um exemplo. Como a fala de Carla indica, a sensação de segurança também está relacionada à idade do marido. De acordo com as estatísticas do IBGE, a diferença média de idade entre as meninas que vivem relações maritais e seus cônjuges é de 9 anos. Essas duas faixas etárias possuem diferentes rendimentos mensais. Em um levantamento feito nas cidades de Belém do Pará e São Luís do Maranhão, o Instituto Promundo atestou que meninas entre 12 e 18 anos possuíam um rendimento médio de R\$173,44, enquanto os homens da faixa etária dos 24 aos 60 anos tinham em média R\$1.482,56. Luís Antônio Rodrigues, conselheiro tutelar de Florianópolis, confirma as estatísticas: “muitos dos casos que temos estão relacionados à questão financeira. Essas



meninas procuram estabilidade junto a esses adultos”. Como as próprias famílias esperam que os homens desempenhem o papel de protetores e provedores, o casamento parece o caminho perfeito para a segurança.

Edel Schaefer é psicóloga do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) de Florianópolis, que oferece acompanhamento psicossocial a crianças, adolescentes e famílias que estejam em situação de violação de direitos. Ela atendeu recentemente o caso de uma menina de 13 anos que vivia maritalmente com um homem 20 anos mais velho. Como o casal mantém relações sexuais, a situação é considerada legalmente como estupro de vulnerável. Apesar disso, “houve consenso da família em aceitar o relacionamento. Eles diziam para ela: ‘é um homem mais velho, vai cuidar de ti’”, relata. Elisângela Tretin, assistente social que atua também no PAEFI, atendeu o caso de uma menina de 11 anos que vivia maritalmente com o namorado de 17 em uma casa própria, sem supervisão de nenhum adulto. O Conselho Tutelar fez uma intervenção e exigiu que o casal se mudasse para a residência de uma das famílias. A mãe da menina se negou a recebê-los, dizendo “a minha filha está casada, a responsabilidade agora é do marido”.

Muitas vezes, as próprias meninas compartilham essa visão dos homens como provedores e protetores. Danielle Araújo

relata que a equipe do Promundo perguntou para as jovens entrevistadas na pesquisa de campo qual era a diferença entre estar com um homem adulto e um da mesma idade. “Elas respondiam que os jovens não tinham responsabilidade, não trabalhavam, não tinham meios para sustentá-las”, diz. “Essas percepções, o que a menina espera desse homem, têm a ver com as normas de gênero. E essa ideia do homem como provedor é reiterada o tempo todo na sociedade.”

### **“ELES DIZIAM: É UM HOMEM MAIS VELHO, VAI CUIDAR DE TI”**

- Edel, psicóloga

As meninas que entram em uniões conjugais, no entanto, não devem ser enxergadas como vítimas destituídas de qualquer poder de decisão. Em diversos países das regiões hotspot — ou seja, que concentram as maiores taxas proporcionais de casamentos infantis, como a África Subsaariana e o Sul da Ásia — essas uniões acontecem de formas ritualizadas e sem consensualidade ou desejo das meninas; no Brasil, no entanto, as crianças e adolescentes apresentam níveis de escolha própria no momento da decisão. Na maioria das vezes, essa vontade é construída em cima da expectativa de sair de casa e alcançar alguma liberdade, seja financeira, sexual ou para escapar de experiências de violência e abuso dentro da própria família.

“A decisão do casamento na infância e na adolescência é muito relacionada à impulsividade”, opina Fernanda. “Nessa fase, é tão intenso amar alguém que você realmente quer ficar o tempo todo com a pessoa e para o resto da vida. Em um cérebro adolescente, o casamento aparece como uma solução ideal para isso.” No entanto, a psicóloga também afirma que o casamento pode ser enxergado pelos jovens como uma boa opção para fugir de uma família “doente”. “Normalmente, em condições socioeconômicas mínimas, necessidades básicas satisfeitas, um casamento nessa idade não seria o ideal, mas quando a gente vê casos de exceção, sair para o casamento pode ser visto como uma forma de salvação. A gente não pode nunca descontextualizar”, diz. De acordo com Edel, os funcionários do PAEFI percebem que “em muitos casos que nós atendemos aqui, as adolescentes querem casar mesmo para saírem de casa no que a gente chama de ‘redução de danos’: na família ela sofre muita violência, às vezes é abusada pelo padrasto, então ir viver com um companheiro é a chance dela de formar uma vida melhor”.

Os agentes da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente de Florianópolis, Luís, Edel e Elisângela, indicam outras influências externas, como o envolvimento com o tráfico de drogas e a influência da religião. Todas as principais motivações são perpassadas pelo mesmo fator: baixa condição socioeconômica.

A pesquisa do Instituto Promundo trabalhou exclusivamente com meninas e homens residentes em regiões periféricas de Belém do Pará (PA) e São Luís (MA). O Conselho Tutelar e o PAEFI de Florianópolis atendem quase exclusivamente pessoas pobres, negras e que vivem em bairros de classe baixa. Por isso, as amostras de relações maritais envolvendo menores de 18 anos são pequenas e “viciadas”, mas confirmam os dados do IBGE, que identifica que, no Brasil, a maior parte dessas uniões se concentra nas classes C, D e E.

“Uma questão para a gente entender o fenômeno do casamento na infância e na adolescência no Brasil é ter um olhar complexo para ele, que entenda que a pobreza é determinante”, observa Danielle Araújo. Ela aponta a ausência de políticas públicas efetivas para meninas pobres, que garantam acesso à cultura e ao lazer ou à boa formação profissional, como um fator decisivo para a existência dessas relações conjugais. “Essa macroestrutura, de pobreza e ausência de políticas públicas, resulta na falta de um aparato estatal que possibilite que as meninas construam sonhos. O que a gente vê é o cerceamento delas sonharem que podem ser qualquer coisa além de donas de casa.”

Para Carla Bressan, o casamento infantil pode ser lido como consequência da falta de um projeto social e de vida para crianças e adolescentes pobres. “Há um

tempo, a educação era o referencial para a construção de projetos de vida”, observa, “mas hoje a escola não é mais uma referência tão positiva para as famílias”. Para ela, a crise na educação pública enfraqueceu a lógica de seguir o caminho da profissionalização. O número reduzido de opções para o futuro, diz, “faz com que os jovens fiquem à mercê de pequenos projetos, das possibilidades existentes”.

Apesar do papel determinante que a pobreza exerce nos números dos casamentos infantis, essas uniões conjugais envolvendo menores de 18 anos também acontecem nas classes média e alta. De acordo com os dados do Censo 2010, 10.292 casais com ao menos um menor de 18 anos possuíam rendimento familiar mensal de dez a vinte salários mínimos; 2.795 possuíam rendimento familiar mensal acima de vinte salários mínimos. Luís Antônio Rodrigues, conselheiro tutelar, observa: “se você perguntasse onde acontecem os abusos sexuais, se me perguntasse se eu já atendi a região da Beiramar, na Agronômica, em que predominam famílias de classe média alta, eu responderia que só atendi um caso durante os seis anos que trabalhei no Conselho Tutelar. Existem abusos na Beiramar? Existem vários. Para mim enquanto profissional é duro admitir, mas o dinheiro compra o silêncio. O mesmo acontece com esses casos de relações maritais envolvendo crianças e adolescentes”. Ele diz que os poucos casos en-

volvendo menores de idade e pessoas das classes média e alta que chegam ao Conselho Tutelar vêm após discussões familiares ou denúncias anônimas. Formalmente, essas uniões nunca são descobertas sem ajuda, porque os envolvidos têm instrução o suficiente para contornar todas as estratégias utilizadas pela rede de proteção para detectá-las. “Uma das principais formas de descobrir uma relação marital entre um adulto e uma criança ou um adolescente é através da evasão escolar”, exemplifica, “mas muitas vezes essas pessoas sabem isso e evitam o problema mantendo a criança ou o adolescente na escola”.

**“PARA MIM ENQUANTO  
PROFISSIONAL É DURO  
ADMITIR, MAS O DINHEIRO  
COMPRA O SILÊNCIO”**

- Luís, conselheiro tutelar

Danielle Araújo afirma que é difícil conseguir acesso às classes média e alta até mesmo para realizar pesquisas. Durante o desenvolvimento de um estudo sobre masculinidade e violências urbanas, o Instituto Promundo tentou recolher amostras em bairros de classe média alta da zona sul do Rio de Janeiro, mas os pesquisadores desistiram na segunda semana de tentativas, por falta de respostas positivas. “Em alguns lugares, fomos barrados já nas portarias dos condomínios.” Sobre a amostragem limitada da pesquisa “Ela vai no meu barco”, Danielle explica que “o estudo



foi realizado nesses estados do Norte e Nordeste, porque nos dados apareceram com maior prevalência [proporcional], mas isso não quer dizer de forma nenhuma que isso não aconteça bastante também em outros estados, como o Sudeste e o Sul, que são consideradas regiões desenvolvidas”. De fato, São Paulo é o estado brasileiro com maior número absoluto de casamentos infantis. “É importante entender que esse é um fenômeno que perpassa classe, raça, região”, diz.

A explicação para a existência do casamento infantil em situações tão diversas pode estar em outra questão: o gênero. “As normas de gênero são socializadas, estão na mídia, seja para as classes baixas, médias ou altas”, argumenta Danielle. “Quando uma revista que circula entre as classes médias e alta estampa ‘bela, recatada e do lar’ na capa, ela demonstra como as normas de gênero ultrapassam as classes sociais”.

Sabrina\* se casou vestida de noiva aos 15 anos, sob a bênção de um pastor evangélico, em um salão de festas. Alguns anos antes, seus pais se converteram à Assembléia de Deus quando um culto supostamente a curou de problemas respiratórios. A mãe tornara-se fanática; o pai abandonou os princípios da Igreja após um tempo, causando a separação do casal. Sabrina continuou morando com a mãe, cujos extremismos impediam a filha de levar a “vida normal” de uma adolescente. Aos

14 anos, a menina deu um basta e mudou-se para a casa do pai.

O apartamento de um quarto era dividido entre 4 pessoas: Sabrina, sua irmã mais nova, que também tinha se rebelado contra a mãe, a avó e o pai. A falta de espaço, as diferentes idades e os estilos de vida faziam com que a situação não fosse muito confortável. Apesar disso, a mudança foi tão libertadora para Sabrina que a adolescente saiu da escola para as férias de julho como crente e voltou em agosto como roqueira.

Não demorou muito para que ela passasse a notar Heitor\*, 18, um metalheiro que ostentava seus cabelos compridos no ponto de ônibus que ficava em frente à escola. Ele era irmão de uma colega de Sabrina, tinha abandonado os estudos e pegava ali o ônibus que o levava ao escritório do avô, onde trabalhava. Eles logo se conheceram e se apaixonaram. Um dia, tatuaram as iniciais um do outro. O pai de Sabrina ficou furioso quando descobriu; a avó, ao entrevistar a discussão, pensou que ela havia perdido a virgindade. “Agora você tem que casar”, disse para a neta. Sabrina começou a levar a ideia a sério. “Na minha ingenuidade, eu achava o Heitor um cara super maduro, porque ele já trabalhava.” Sabrina estava cansada da desestrutura familiar e sabia que o sonho do namorado era sair de casa para fugir dos seus problemas. “Eu disse: vamos fugir desse lugar, vamos morar juntos”, conta. “Todo

mundo foi contra, mas no fundo todo mundo achou melhor. Ninguém queria aqueles dois adolescentes ali, enchendo, questionando”.

A mãe de Sabrina não aceitava que sua filha fosse “viver no pecado” e exigiu que os dois se casassem formalmente. O processo, da decisão ao dia do casamento, levou 9 meses. O casal entrou na justiça com um pedido de suprimento do juiz que autorizasse o casamento de uma menor de 16 anos, mas a solicitação foi negada. A saída foi realizar o matrimônio no aspecto religioso. Um pastor de uma congregação evangélica pequena, amigo do pai de Sabrina, fez o rito. Enfim sós, os dois se mudaram para uma casa no Ribeirão da Ilha, emprestada por um tio dele.

### **“DEPOIS QUE ME SEPAREI, ATÉ MINHA FAMÍLIA SE SEPAROU DE MIM”**

- Sabrina, 33 anos

Na semana do casamento, o escritório do avô de Heitor, onde ele ainda trabalhava, fechou. Ele ganhava o equivalente ao salário de um estagiário e não tinha direito a nenhum seguro, já que nunca teve a carteira assinada. Foi quando o sonho começou a ruir e Heitor passou a ficar em casa jogando videogame. Conseguiu outro trabalho, arranjado por um tio, mas dois meses depois estava desempregado de novo. Quando o casamento completou um ano, Sabrina e Heitor tiveram o primeiro filho, não plane-

jado. Durante o período da gravidez, o casal discutia bastante, e ela decidiu se mudar para mais perto da família. Agora, o casal precisava lidar também com os custos de um bebê e de um aluguel.

Quando Caio\*, o filho, completou 7 meses, Sabrina conseguiu seu primeiro emprego. Ela havia reprovado a 7ª série e Heitor a incentivara a parar de estudar porque tinha ciúmes dela frequentando a escola. Sabrina trabalhou limpando banheiros, atendendo em lojas de conveniência, sendo balconista. Eram contratos temporários que acabavam sem deixar nenhuma garantia. O marido, por sua vez, foi ficando cada vez mais “irresponsável, acovardado”. “Ele até teve alguns empregos, mas nada que se compare ao tanto que eu trabalhei”, diz.

Nos períodos em que não trabalhava, Heitor cuidava de algumas responsabilidades, como fazer comida e arrumar a casa. “Mesmo assim, a maior preocupação era sempre minha”, diz Sabrina. Uma das principais despesas do casal eram as fraldas do filho. Quando ele completou um ano, Sabrina tentou começar o processo de desfraldá-lo, deixando um penico pronto e pedindo para que Heitor ficasse atento aos sinais de que o filho quisesse urinar ou defecar. Para não precisar se distrair do videogame nem limpar sujeira do chão, o marido “botava uma fralda no filho, virava as costas e pronto”. Caio só foi desfraldado aos três anos de idade. Durante a semana, Sabri-

na ficava 10 horas por dia fora de casa. Aos sábados e domingos, fazia faxina. No tempo livre, cozinhava bolos e escrevia o nome do filho na cobertura para aliviar um pouco da culpa que carregava por se sentir uma mãe ausente.

Paralelamente aos problemas financeiros, ela enfrentava também violência doméstica. Desde a gravidez, Heitor a agrediu algumas vezes. Sabrina chegou a fazer queixa na delegacia da mulher, mas se escondeu quando o policial apareceu na casa dos dois para levar a intimação. “Eu fiquei com medo, sabia que precisava continuar morando com ele porque minha mãe não me aceitaria de volta”, diz. Quando Caio completou 2 anos, ela se separou e voltou a estudar. “Depois que eu me separei, até minha família se separou de mim”, diz. “Para eles era errado, eu me sentia culpada por não dar um lar pro meu filho...ser mãe solteira era pior”. Sem apoio dos pais, ficou sobrecarregada com filho, estudo e trabalho e voltou para Heitor. “Às vezes ele me ameaçava, dizia que se me visse com outro cara ia me matar. Eu tinha medo, mas fui ficando mais velha e vendo que era tudo falácia. Aí um dia eu bati o pé de verdade.”

Quando o casamento terminou de vez, após 5 anos de relacionamento, o filho Caio, então com 4 anos, ficou gago. “Eu me sentia a pior mãe do mundo, achava que a culpa disso era minha”, diz Sabrina. Eles escolheram uma única advoga-

da para os dois, que era prima de Heitor e estipulou uma pensão de 70 reais — em 2003, quando o salário mínimo era R\$240, o valor conseguia pagar um pacote de fraldas, uma calça e um tênis numa loja popular. A rotina de sair do Ingleses às 05h40 para deixar o filho em uma creche no Estreito, ir trabalhar e frequentar o supletivo à noite se tornou impossível. Sabrina deixou o filho, então com 7 anos, na casa da mãe, em Canasvieiras. Apesar de visitar Caio sempre que podia, a decisão fez com que ele se revoltasse. Entre idas e vindas, as coisas só começaram a se ajustar no ano passado, quando Caio teve sua primeira filha aos 16 anos e Sabrina, aos 33, virou avó.

A história de Sabrina é atravessada por algumas das principais consequências identificadas em casamentos infantis. De acordo com o Instituto Promundo, jovens que casam antes dos 18 anos estão mais propensos a passar por gravidez não planejada, evasão escolar, situações de violência doméstica e ofertas discriminatórias de serviço e de oportunidades educacionais. No Brasil, não há nenhuma pesquisa ou estudo que acompanhe e avalie as consequências de uma união conjugal na vida de crianças e adolescentes a longo prazo.

Embora a gravidez na adolescência apareça mais comumente como motivação para um casamento antes dos 18 anos, ela também frequentemente surge

como consequência desse tipo de união. No Brasil, 56% de mães menores de 18 anos estão em relações conjugais; no mundo, o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) estima que nove em cada dez adolescentes grávidas estão casadas ou em uma união estável. As principais problemáticas da gravidez na adolescência estão relacionadas aos riscos de maiores complicações médicas graves para as mães e para os bebês. Além disso, em relação aos aspectos sociais da gravidez na adolescência, o Instituto Promundo identifica que “para meninas, a responsabilidade em um casamento é associada a ficar em casa; há fortes expectativas de que as jovens casadas realizarão todo o trabalho de cuidar da criança, muitas vezes com apoio da mãe ou avó”, enquanto a responsabilidade do homem é prover. Essa divisão de tarefas afasta as meninas da escola e do mercado de trabalho.

### **“PARA ENCONTRAR ESSE TIPO DE PROBLEMA, SEMPRE É PRECISO QUE ALGUMA PONTA DA PIRÂMIDE APAREÇA”**

- Marcelo, promotor de Justiça

O casamento e a gravidez antes dos 18 anos estão frequentemente associados à evasão escolar. De acordo com o PNAD 2013, 75% das mães adolescentes estão fora da escola. Em Santa Catarina, as informações de evasão escolar estão concentradas no sistema APOIA, desen-

volvido pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual (CIJ / MP — SC). Em funcionamento integral desde 2014, o sistema cobre 166 dos 295 municípios catarinenses, totalizando 344 escolas assistidas. Durante os dois anos de funcionamento, o sistema registrou 1.065 crianças e adolescentes que abandonaram a escola. Desses, 634 alegaram um casamento ou união estável como motivo principal e 825 deixaram os estudos por causa de uma gravidez.

Marcelo Wegner, promotor de Justiça e coordenador do CIJ, afirma que os números nem sempre estão completos: uma parcela das 825 crianças e adolescentes que desistiram da escola alegando gravidez como motivo principal podem também estar em uniões estáveis. Além da dificuldade em sistematizar dados, o promotor também observa que, no Brasil, há sempre uma cifra oculta nas estatísticas. “Muitas vezes, por exemplo, pais ou responsáveis aceitam que os filhos de 12, 13 anos se casem, mas sabem que aquilo não pode ser divulgado; o poder público, que não consegue cobrir todo o território nacional, não consegue chegar nesses casos”, diz. “Para encontrar esse tipo de problema, sempre é preciso que alguma ponta da pirâmide apareça.”

Assim como as mulheres, meninas que se casam estão sujeitas à violência doméstica por parte dos parceiros íntimos



(VPI). De acordo com o ranking da OMS, o Brasil é o sétimo país com maior taxa de violência doméstica contra mulheres. O Balanço 2014 do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher aponta que em mais de 80% dos casos de violência reportados, a agressão foi cometida por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo: atuais ou ex-companheiros, cônjuges e namorados. A pesquisa do DataSenado de 2015, “Violência familiar e doméstica contra a mulher”, indica que a primeira agressão tende a acontecer ainda na juventude: 32% das mulheres foram agredidas pela primeira vez antes de completar 19 anos.

A situação de violência doméstica pode se tornar ainda mais grave quando a menina não conta com o apoio da família. Elisângela, assistente social do PAEFI, relata o caso de Andressa\*, 17 anos. Ela tem dois filhos e há anos é casada com um usuário de drogas que comete violências físicas contra ela. Os quatro fugiram recentemente, deixando a família de Juliana, o Conselho Tutelar e o PAEFI sem informações e sem meios para ajudá-la. Situações de meninas que fogem para se casar não são raras.

Danielle Araújo adiciona outro problema que pode estar presente em uma dessas relações: “a gente escutou bastante sobre a questão de hierarquia e controle por parte dos maridos. Ouvimos muito, por exemplo, que as meninas não conseguem negociar o uso de camisinha com

os parceiros”. No estudo “Ela vai no meu barco”, os pesquisadores interrogaram 15 homens para compreender os motivos que os levaram a se casarem com meninas menores de 18 anos. A resposta mais comum entre os entrevistados foi “o desejo de se casarem com meninas mais jovens, consideradas mais atraentes e de mais fácil controle do que as mulheres adultas, e o seu poder decisório desproporcional em decisões maritais”.

Luís Antônio Rodrigues indica outra possível consequência: “Durante esses seis anos em que trabalhei no Conselho Tutelar, o que eu vi nesses casos de adolescentes que foram viver maritalmente com adultos é que elas deixam de viver a adolescência, têm filhos muito cedo e, quando chegam na idade da vida adulta, começam a tentar viver o que não tiveram oportunidade na adolescência”. O comportamento, afirma, afeta principalmente os filhos desse casal. “Muitas vezes, essa adolescência tardia gera a violação direta dos direitos dos filhos. Muitas dessas meninas voltam a serem atendidas pelo Conselho Tutelar, agora não mais como vítimas, mas como agressoras por, por exemplo, abandonarem os filhos pequenos para irem a festas.”

Fernanda observa que, neurobiologicamente, o cérebro humano só está maduro por volta dos 21 anos. Antes disso, duas regiões ainda não estão totalmente desenvolvidas: o sistema límbico, responsável pelo controle de emoções, e

o córtex pré-frontal, responsável pelas funções executivas, como o controle da impulsividade, a organização e o planejamento a longo prazo. “Pensando no casamento, se eles não conseguem ainda nem se organizar sozinhos, imagina organizar uma vida a dois”, pondera. Em relação às consequências que um casamento pode acarretar no amadurecimento desses jovens, ela afirma que a função da adolescência é definir a identidade independente, ou seja, as crenças e valores individuais daquele sujeito. “Um casamento no meio pode impedir algumas questões. Uma menina, por exemplo, pode virar dona de casa antes de descobrir qual seria a sua realização profissional”, diz. “O ideal seria que o casamento ocorresse quando a identidade individual das duas pessoas já estivesse desenvolvida. Em um casamento que ocorre muito cedo, uma das consequências é haver uma fusão de desejos e valores.”

O Código Civil brasileiro estipula a idade legal para o casamento em 18 anos para homens e mulheres. Com o consentimento de ambos os pais ou responsáveis legais, ou com um suprimento de consentimento assinado por um juiz, adolescentes que tenham acima de 16 anos podem se casar. Ênio Gentil, advogado da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis, explica que a autorização dos pais ou do juiz é requerida porque a constituição brasileira considera um casamento aos 16 anos uma si-

tução excepcional. Abaixo dos 14 anos, as situações são “excepcionalíssimas” e só podem ser validadas em caso de gravidez. Essa exceção é datada do Código Civil de 1916. “A origem é moralista, vem desde o período da monarquia, visando evitar determinadas consequências para meninas grávidas do ponto de vista social”, diz Ênio. Até 2005, o Código Civil previa mais uma exceção, também datada de 1916: casamentos envolvendo menores de 14 anos poderiam ser legalizados para evitar a imposição ou cumprimento de pena criminal. Em outras palavras, a lei permitiu, durante 89 anos, que adultos que mantinham relacionamentos e relações sexuais com menores de 14 anos se casassem com eles para evitar uma condenação por estupro.

Oficialmente, o IBGE identifica quatro modelos de uniões conjugais: União Civil, União Religiosa, União Civil e Religiosa e União Consensual. Com as restrições do Código Civil, casais que não conseguem — ou não procuram — autorização judicial encontram duas formas de contornar a lei: realizando uma união religiosa ou através da coabitação, em um casamento não oficial. Ênio afirma que instituições religiosas que celebram ritos de casamentos de menores de 18 anos fora do amparo legal podem ser responsabilizadas pelas práticas. No caso da coabitação, que compõe 88% dos casos de casamentos infantis brasileiros, a situação fica sem resposta. “O casal está em um limbo. A lei diz que os menores de

idade devem ser direcionados para casas de acolhimento ou de volta para suas famílias, mas nenhuma dessas medidas é restritiva de liberdade, ou seja, eles podem voltar a qualquer momento para as casas dos seus cônjuges”, diz. Elisângela, do PAEFI, atendeu o caso de uma menina de 15 anos que foi levada a uma casa de acolhimento, de onde saiu alguns dias depois acompanhada pelo marido.

### **NÃO SE PODE DELIBERAR UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEM A ESTATÍSTICA”**

- Elaine Lima, CEDCA

Legalmente, só há crime ou ato infracional quando a criança tem menos de 14 anos e mantém relações sexuais com um/a parceiro/a maior de 15. Nesses casos, há estupro de vulnerável e o caso, se descoberto, é encaminhado para uma vara criminal.

O Brasil não possui políticas públicas voltadas especificamente à questão dos casamentos infantis. Para Elaine Paes e Lima, coordenadora do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina, a falta de dados é a principal dificuldade para identificar questões que atingem crianças e adolescentes. “Aqui em Santa Catarina, temos dados na educação, na saúde, na assistência social, no Ministério Público, mas eles estão soltos”, explica “e nós estamos

tentando reuni-los agora, porque não se pode deliberar uma política pública para crianças e adolescentes sem a estatística”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco regulatório dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil, não faz menção aos casamentos de menores de 18 anos. No entanto, Carla Bressan, do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente da UFSC, argumenta que o ECA não precisaria tratar especificamente dos casamentos porque é uma lei geral, que “faz um desenho geral de proteção para um percurso saudável. Se a parte I do estatuto fosse colocada em prática, esses casamentos não aconteceriam”. Elaine Paes e Lima afirma que “o estatuto, enquanto lei, é perfeito. Ele traz uma política para crianças e adolescentes dentro de uma visão preventiva e emancipatória; a idéia é investir na prevenção, desde o momento da gestação”. Carla opina que o problema não está no ECA, mas em conseguir concretizá-lo. “Talvez, o casamento em si de crianças e adolescentes não seja o problema”, observa, “o problema é anterior. As meninas terem apenas essa alternativa é a ponta do iceberg, que mostra todos os outros problemas a que essas famílias e crianças estão submetidas”.

Além da falta de políticas públicas, Danielle Araújo, do Instituto Promundo, indica mais um fator que colabora para a ocorrência de casamentos infantis no

Brasil: a naturalização do fenômeno. Nesse sentido, ela relaciona os casamentos infantis à exploração sexual de adolescentes. “São temas correlatos porque são motivações correlatas”, argumenta, “a naturalização de normas desiguais de gênero perpassa tanto os casamentos infantis quanto a exploração sexual, e por isso os dois problemas têm tantos pontos em comum no Brasil”. Ela também afirma que a separação em termos legais das categorias “criança” e “adolescente” feita no Brasil impacta em como os sujeitos dessas violências são percebidos pelo resto da sociedade. “No mundo inteiro, qualquer pessoa abaixo de 18 anos é legalmente considerada criança; a divisão brasileira é boa porque complexifica e introduz outro sujeito, o adolescente, mas ao mesmo tempo cria um marcador que o diferencia de uma criança e o aproxima de um adulto”, diz. Essa percepção de adolescentes como adultos, afirma, “resulta em uma permissividade em relação à violação dos direitos das adolescentes”. Essa poderia ser uma das explicações para o fato de que a sociedade brasileira tem mais tolerância ao casamento de adolescentes do que de crianças menores de 14 anos.

**D**esde os 4 anos de idade, Marina\* convivia com Antônio\* quase diariamente. Ele era um dos melhores amigos do seu irmão e passava os dias na casa dela, que ficava embaixo da sua. A frequência do contato diminuiu quando o irmão de Marina ‘seguiu o

seu rumo’ e foi embora da comunidade, mas os dois sempre se cumprimentavam quando se encontravam.

Quando Marina completou 12 anos de idade, Antônio, então com 21, começou a sentir atração por ela, que não enxergava no rapaz nada além de um amigo. “Ele enxergou em mim uma mulher que ele queria pra vida dele”, diz. “Eu ainda não, eu era uma criança, adolescente, não pensava nisso”. Marina recusou o primeiro pedido de ficada, mas Antônio foi persistente. “Ele veio conversando, conversando, conversando, aquele jeito de homem, né.” Quando tinha 14 anos, ela decidiu ficar com ele.

Duas semanas depois do primeiro beijo, ele a pediu em namoro. “Ele era galinha, mas me queria sério porque me viu como uma mulher, sabe? Minha mãe sempre deu educação, eu e minhas irmãs nunca fomos de ficar na rua até altas horas, e ele via que a gente era regrada”, diz. A mãe foi contra o relacionamento porque Antônio foi envolvido com o tráfico durante alguns anos. Além disso, um lãbio leporino a fazia perguntar o que os outros diriam se vissem sua filha ao lado de um “deficiente”.

Todas as vezes em que era descoberta com o namorado, Marina apanhava da mãe. Um dia, foi à escola com um roxo no pescoço e precisou fingir que tinha caído da cama. Cansada da violência, decidiu sair de casa. A primeira fuga com o

namorado foi aos 14 anos, cinco meses depois do início do namoro. A segunda foi dois meses depois. Na terceira, o casal se escondeu em Curitiba. A mãe de Marina abriu um B.O contra Antônio, acusando-o de sequestro, e o casal achou melhor voltar. A partir daí, a mãe passou a controlar todos os encontros dos namorados. Foi o que fez Marina tomar a decisão de se casar.

### **“EU ERA UMA CRIANÇA, ADOLESCENTE, NÃO PENSAVA NISSO”**

- Marina, 18 anos

“Eu não me casei porque quis, esse não era meu plano”, diz, “achei que casar era outra coisa, pra mim tá sendo triste a dificuldade que eu estou passando”. Atualmente, os dois moram em uma casa cedida pelo pai de Antônio. Ele não tem emprego fixo — abandonou a escola cedo porque sofria bullying pelo problema no lábio — e trabalha fazendo bicos. Ela é jovem aprendiz e sustenta a casa com o salário que ganha. “Mas se fosse pra voltar atrás eu faria tudo de novo, porque foi melhor do que ficar em casa apanhando da minha mãe quando o encontrava”, diz.

Antes de completar 15 anos, Jorge\* levava uma vida agitada de adolescente. Ele e os amigos organizavam festas e eram promotores de shows de MC’s e de música eletrônica que um amigo produzia. Em uma das festas que ajudou a orga-

nizar, conheceu Raíssa\*, 15, amiga de um conhecido. Eles conversaram, trocaram Whatsapp, Facebook e viraram amigos. Em setembro, Raíssa o convidou para a Parada Gay. Em meio à festa na Beiramar Norte, os dois se beijaram pela primeira vez. Quando chegou em casa, Jorge perguntou se ela queria “ficar a sério” com ele. Raíssa aceitou.

Com quatro meses de namoro, os dois decidiram morar juntos. “Decidi porque eu saía muito e gastava muito. Não queria mais isso, queria cuidar mais do dinheiro, administrar melhor, pra depois investir em uma coisa melhor, como um apartamento ou uma casa”, diz Jorge. Na época de solteiro, ele não trabalhava, todo o seu dinheiro vinha da mesada dada pelos pais.

Com o casamento, a rotina mudou bastante. Jorge quase não frequenta mais festas. Os dois estudam de manhã, Raíssa trabalha à tarde enquanto ele frequenta um curso no Centro Cultural Escrava Anastácia. À noite, eles saem para jantar ou ir ao cinema.

Marina, 18, e Jorge, 15, avaliam as experiências de seus casamentos como positivas. “Minha maior expectativa era que meu marido estivesse trabalhando e eu pudesse montar minha casa com calma, mas por causa da minha mãe não foi o que aconteceu”, diz Marina. Apesar do casamento ter saído diferente do planejado, ela se diz feliz com o marido. Os



dois saem de manhã, ela para o trabalho e ele para entregar currículo. Ele cuida dos afazeres domésticos e a busca no ponto de ônibus a noite.

A psicóloga Fernanda Lopes observa que é preciso tomar cuidado para não generalizar todas as experiências. Ela afirma que, mesmo que o casamento acabe não dando certo, ele pode exercer um papel fundamental na vida desses jovens. “Se você mora num ambiente muito prejudicado que te faz doente e tu consegues fugir e entrar numa relação mais saudável, isso pode ser positivo”, opina. “O casamento pode não dar certo, mas ao menos o jovem teve uma fase do desenvolvimento em que o ambiente é mais saudável do que o que tinha em casa”. Em relação às diferenças de idade entre os casais, ela observa que a diferença de maturidade e de poder dos indivíduos envolvidos não depende única e exclusivamente da idade, mas também dos contextos em que eles viveram e se desenvolveram. Para Carla Bressan, dentro das alternativas possíveis mais próximas para muitas meninas, o casamento é um sinônimo de independência e um caminho para se tornar uma referência na comunidade.

**B**renda, 17, e Davi, 22, construíram uma casa de madeira em um lote vazio da favela do Siri e se mudaram para lá. Desde então, a rotina da menina mudou bastante. O marido sai cedo para trabalhar, ela acorda para cuidar do bebê e limpar a casa. Por conta da gravidez, abandonou a escola. Para preencher

o dia, visita a sogra e a mãe, que moram ali perto. O marido chega só às 17h. “O que mais mudou na minha vida é que agora eu tenho que ser a cabeça da casa, me lembrar de tudo, pensar em tudo, o que falta e o que não falta”, avalia. O abandono da escola também foi um lado ruim da experiência para ela, que queria completar o ensino médio, mas adiou o plano enquanto a filha cresce. Brenda estima que poderá voltar a estudar daqui a três anos. Apesar das mudanças, não vê o casamento como algo ruim. Mas admite: “Se eu não tivesse engravidado cedo, teria namorado mais um tempo antes de casar”.

**“ELE É UM MARIDO MUITO PRESENTE, TÁ SEMPRE EM CIMA.”**

- Luna, 15 anos

A vida de Luna, 15, mudou radicalmente. Hoje ela não bebe mais, diz que qualquer gole de bebida lhe faz mal. “Eu já tinha sossegado em outra época, numa parte da minha infância, porque cuidava de uma criança. Até hoje ela me chama de mãe” conta, orgulhosa. Mostra as duas tatuagens, uma em cada braço: no direito, o nome da menina, Bruna, no esquerdo, o do marido, Moisés. “Eu sosseguei muito por causa dela, mas muito mais por causa do Moisés. Até emagreci por ele.”. Agora, a rotina do casal é dormir juntos, passear no supermercado BIG, ficar em casa matando o tempo. Quem a conhecia antes compartilha da visão que ele a “salvou”.

“A gente tem discussão, só que tudo o que eu tenho ele que dá. Sabe? Ele é muito ciumento, quer meu bem, pensa tudo pra mim, de querer arrumar serviço pra mim, tudo”, conta Luna enquanto dá algumas espiadas no celular. “Ele já me deu um celular Lenovo que era novo mesmo, ele comprou pra ele, eu quebrei o meu e ele me deu, entendeu, ele é assim, compra as coisas melhores para mim e mais ou menos pra ele, pensa mais em mim que nele. Me dá roupa, tênis, me dá tudo, é um marido muito bom”, diz. O casamento trouxe muitas responsabilidades que ela não tinha antes: fazer comida, limpar a casa, lavar roupa, cuidar do marido, mas ela não se incomoda: “Era o que eu esperava do casamento. É assim, eu não consigo ficar longe dele, ele não consegue ficar longe de mim, entendeu?”, explica. “Ele morre de ciúmes, me liga 24 por 7, você vai ver, já já ele me liga”. Dois minutos depois, o celular toca; no visor, o nome “Moisés”.

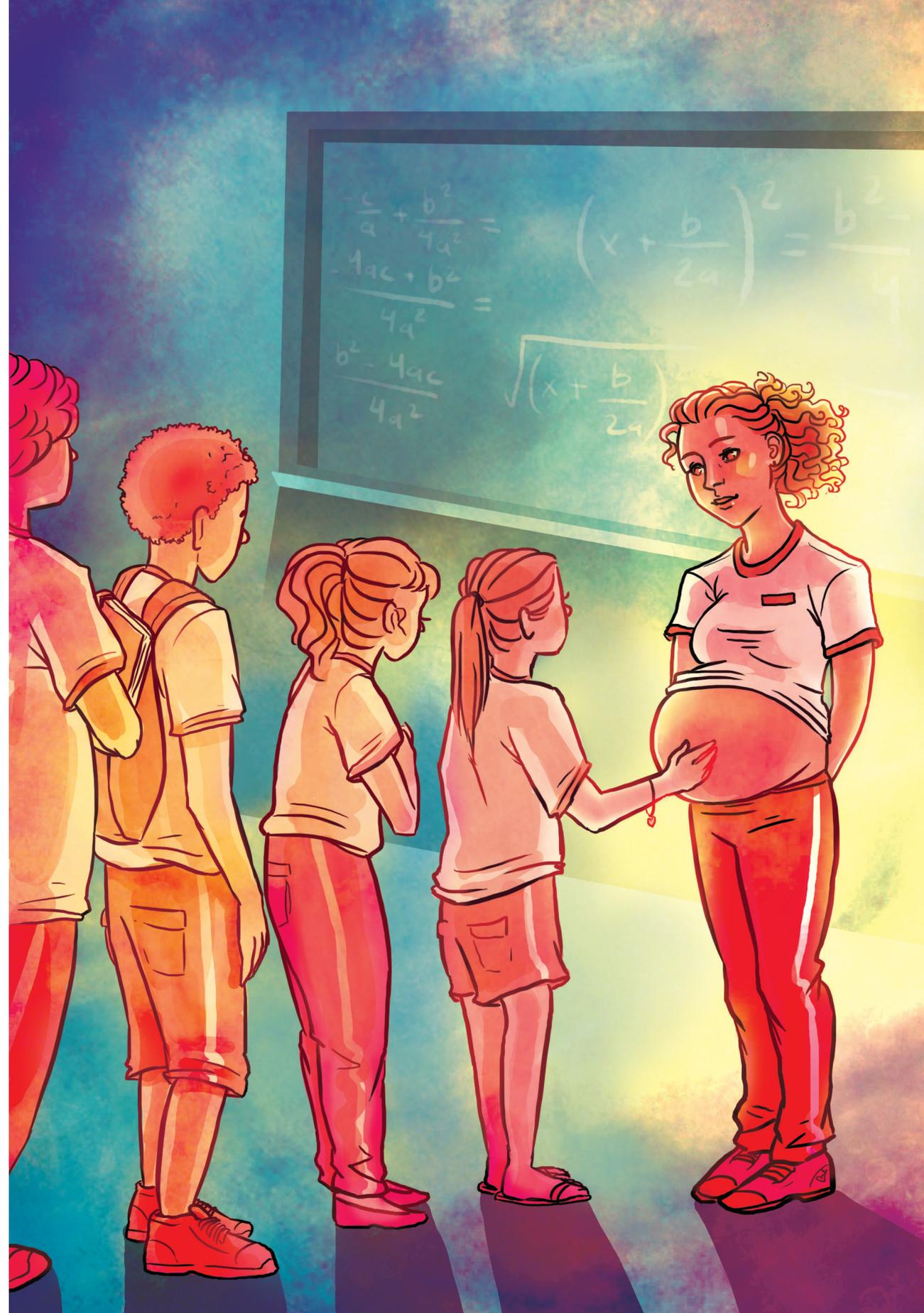
Luna não abandonou os estudos, mas acha “puxado” ir no colégio à tarde. Começou um curso de cabeleireira no centro da cidade. “De manhã vou com o Moisés, ele vai pro serviço e eu pro colégio. Onze horas ele come, depois disso quer me pegar no colégio e me levar no curso”, conta. “Ele é um marido muito presente, tá sempre em cima.”

Depois de nove anos tentando se formar, Sabrina, 33, está no último semestre da faculdade de Jornalismo. No ano pas-

sado, teve seu segundo filho, Bernardo, com outro companheiro. O caçula cresce ao mesmo tempo que a neta. Caio estuda e trabalha, é estagiário da mãe. Faz rap, se envolve com política, escreve poemas. “A minha vida melhorou só agora, que eu me conformei com o fato que meu filho não ia mais voltar pra mim”, conta Sabrina. “Eu sempre pensava ‘vou trabalhar, fazer as coisas, vou estudar, me formar, ter minha casa, ele vai ficar comigo e a gente vai viver juntos e felizes para sempre até o momento em que ele quiser morar sozinho e casar, mas eu nunca pude fazer isso”. Para Sabrina, o processo foi “bem triste. Foi bem doloroso perceber que aquele momento precioso do crescimento do filho, que a gente não pode perder, eu perdi. Só vou ter isso com o Martin”.

Mas as coisas melhoraram. Caio ainda vive com o pai, mas nos fins de semana — quando ele não precisa trabalhar nem estudar e “realmente vive”, nas palavras de Sabrina, — vai para a casa da mãe junto com a namorada e a filha. Sabrina dá muita assistência para a nora, que não deixou de estudar e pretende prestar vestibular no fim deste ano. “Agora a gente consegue ter aquele convívio de grande família, de eu ter minha casa e poder receber ele”, comemora.

Marina, 18, concentra todas as energias na expectativa de um futuro melhor. Ela continuou estudando e conseguiu uma bolsa para um curso de técnico em edi-



ficações no Senai. É a aposta para uma situação financeira mais favorável, mas também o que faz seus olhos brilharem. “Eu sempre gostei, não entendo, mas sempre gostei de estar ali mandando, falar ‘tem que fazer desse jeito aqui’, é uma coisa que me identifico. Dá pra trabalhar no escritório, mas eu quero ir para a obra, mostrar que as mulheres também têm força ali.”

**“SE A GENTE QUISESSE EVITAR A GENTE TINHA EVITADO, MAS A GENTE QUERIA, A FAMÍLIA QUERIA...NINGUÉM IA IMAGINAR O FUTURO NOSSO”**

-Stefanie, 16 anos

Jorge, 15, continua estudando enquanto aguarda ansiosamente completar 18 anos para ser convocado pelo tiro de guerra. Seu sonho é virar atirador de elite do exército. Enquanto isso, guarda dinheiro e planeja comprar um apartamento e uma moto. Se não conseguir o cargo militar, irá fazer um curso de Direito, junto com a esposa.

Algumas vezes, quando está na frente do espelho, Stefanie, 16, observa a barriga crescendo e pensa que poderia estar em outro lugar, com alguém. Principalmente aos sábados: é quando ela vê as melhores amigas se arrumando para as festas e lembra da época em que conseguia entradas vip para todos os shows da Domum e da Forma. O Facebook é cheio de fotos com os MC's que se apresentavam nas

boates — também é cheio de mensagens agressivas por causa da sua gravidez. “Tu mãe aos 16 anos, que ridícula”, diz uma delas. Ela não sabe se o ex-marido irá ajudar na criação da filha, mas não se lamenta por isso. “É como dizem, né, o filho é mais da mãe do que do pai, mas não posso fazer nada. Se a gente quisesse evitar a gente tinha evitado, mas a gente queria, a família queria...ninguém ia imaginar o futuro nosso.”

A gravidez não foi o “fim da linha” para ela. Durante a semana, frequenta a escola. “No colégio todo mundo passa, fala ‘olha lá a grávida.’ No intervalo, as crianças pequenas se aproximam com os olhos cheios de curiosidade. Pedem para tocar a barriga de Stefanie e sentir o bebê. “Elas fazem fila pra colocar a mão na minha barriga, aí as que não me conhecem têm medo de pedir. Eu percebo, pergunto se elas querem e elas sempre respondem que sim, vão lá e botam a mão. E o bebê sente, né, ele gosta de criança.” Depois da separação, Stefanie namorou MC Guto, Leo, Alisson “e quem mais?” pergunta pensativa. Alguns segundos depois, se lembra: “ah, é, o Fefe”. Para ela, as restrições da gravidez são temporárias. “Quando ele nascer, eu e a tia já combinamos. Um dia no fim de semana ela sai e eu cuido dele, no outro eu saio e ela cuida”, conta, animada. “Só tenho que esperar a fase da amamentação, né? Imagina ter que sair correndo da festa pra dar de mamar porque o bebê acordou de madrugada”, ri enquanto pensa no absurdo da situação.

Para Danielle Araújo, do Instituto Promundo, o casamento infantil precisa ser analisado a partir de um duplo olhar, que identifique qual é o real nível de escolha própria das meninas e quais condições o Estado e a sociedade dão para que elas de fato possam fazer uma opção. “O ponto é que essas crianças e adolescentes possam de fato serem agentes das suas histórias, que uma menina que queira casar aos 15 anos tenha tido uma infinidade de escolhas, como poder ter seguido uma trajetória profissional”, explica. “A nossa pergunta é: dentro dessas condições de ausência de políticas públicas, de não vivência de uma sexualidade saudável, da falta de discussões sobre equidade de gênero nas escolas, nas famílias e na mídia, nós podemos realmente afirmar que existiu alguma escolha?”. ■

**\*Todos os nomes foram alterados para resguardar a identidade dos/as entrevistados/as.**

